

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800. 630 - CE (2019/0056291-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : ALEXANDRE YOSHIMURA
ADVOGADO : BEETHOVEN FERNANDES LOPES - CE025818

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fls. 130/131):

Processual Civil e Administrativo. Recurso de apelação atacando a sentença que, em mandado de segurança, para assegurar ao impetrante, ora apelado, a condição de depositário fiel do caminhão - M. B/Mercedes Benz/LS 1941, placa BPG 3239/SP, cor branca, ano 1992/1992, chassi n. 9BM388057NB954022 - bem como da carreta (reboque) - car/s reboque/car aberta, ano 1996/1996, cor branca, placa BXJ-9448, chassi n. 9AA071330TC018547, com base nos artigos 105 e 106, do Decreto 6.514/08. O caminhão pertencente ao impetrante, foi apreendido, com uma carga de 24,8915 m³ de madeira serrada em viga, caibros e ripas, sem a devida licença ou autorização da autoridade competente. Pertinentes as razões de decidir que fundamentam a sentença, pois não se demonstra dos autos prova de reiteração da conduta ilícita, considerando a possibilidade de constituição do proprietário como depositário fiel do bem apreendido, nos termos dos referidos dispositivos. A apreensão é justificada na aplicação do artigo 25, § 4º, da Lei 9.605/98, no entanto, a apreensão do veículo - e no caso, a sua manutenção, decorrido já alguns meses da sua ocorrência -, não se faz só porque era o instrumento transportador do produto ilegal, mas, como medida de prevenir a ocorrência de novas infrações, decisão que deve se situar no campo da fundamentação, a fim de que a apreensão e a sua manutenção tenham raízes seguras. Não deve guiar a apreensão, e, em consequência, a sua manutenção, o fato, por si só, de estar prevista a medida em lei. Em absoluto. A autoridade administrativa, para decretá-la, e mantê-la, deve estar bem ciente da necessidade de sua decisão permanecer cercada de motivos previstos na norma, como aqueles que o § 1º, do art. 47, do Decreto 6.514, estipula. Da mesma forma, para ser utilizado pela Administração ou ser vendido, doado ou destruído, deverá a autoridade [administrativa] motivar sua decisão, como, no particular, o inciso V, do artigo 134, do mencionado decreto, ressalta. Em suma, o destino do bem apreendido exige sempre decisão motivada da autoridade administrativa, de maneira que a liberação do bem, com a cautela de permanecer o impetrante, com seu depositário, como determinado na sentença desafiada, encontra-se amparada no próprio Decreto 6.514: Art. 105. Os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda do órgão ou entidade responsável pela fiscalização, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo. (...). Art. 106. A critério da administração, o depósito de que trata o art. 105 poderá ser confiado: I - a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar; ou II - ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas

Superior Tribunal de Justiça

infrações. Não se desconhece a responsabilidade do transportador sobre o material que carrega, entretanto, até prova em contrário, é de se presumir a boa-fé da ora impetrante, proprietária do veículo apreendido. Não se mostra razoável concluir-se pela sua má-fé sem oportunizar-lhe o direito de defesa, a ser exercido no processo administrativo decorrente do auto de infração. A apreensão do veículo impede que o impetrante exerça sua atividade profissional, da qual retira seu sustento e de sua família. Por outro lado, até agora, a autoridade impetrada não conseguiu justificar, isto é, motivar o desejo de ver o bem apreendido, nem consegue explicar, de forma prática, o destino que, motivadamente, pretende lhe conferir. Apelação e remessa oficial improvidas.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação dos arts. 3º, IV, 47, § 1º, 105, 106, II e 134, V, do Decreto 6.514/2008, dos arts. 25, *caput*, 46, parágrafo único, e 72, IV, da Lei 9.605/98 e argumenta a necessidade de revogação da decisão que liberou o veículo apreendido.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 145).

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 161/162).

Em parecer (e-STJ fls. 172/178), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, no caso concreto, o Tribunal de origem afirmou que não ficou comprovada a utilização do veículo apreendido com o fim específico e exclusivo para cometimento de crime ambiental e, por isso, o confiou ao recorrido, na qualidade de depositário fiel, nos termos do Decreto 6.514/2008. Vejamos trecho esclarecedor do acórdão combatido (e-STJ fls. 127/128):

Compulsando os autos, entendo pertinentes as razões de decidir que fundamentam a sentença, pois não se demonstra dos autos prova de reiteração da conduta ilícita, materializada no transporte não autorizado de madeira serrada, considerando a possibilidade de constituição do proprietário como depositário fiel do bem apreendido, nos termos dos artigos 105 e 106, do Decreto 6.514/08.

No caso específico, a apreensão é justificada na aplicação do artigo 25, § 4º, da Lei 9.605/98, eis que o veículo em questão foi apreendido com o proprietário, que conduzia uma carga de 24,8915 m³ de madeira serrada em viga, caibros e ripas, sem a devida licença ou autorização da autoridade competente.

No entanto, a apreensão do veículo - e no caso, a sua manutenção, decorrido já alguns meses da sua ocorrência -, não se faz só porque era o instrumento transportador do produto ilegal, mas, como medida de prevenir a ocorrência de novas infrações, decisão que deve se situar no campo da fundamentação, a fim de que a apreensão e a sua manutenção tenham raízes seguras.

Não deve guiar a apreensão, e, em consequência, a sua manutenção, o fato, por si só, de estar prevista a medida em lei. Em absoluto. A autoridade administrativa, para decretá-la, e mantê-la, deve estar bem ciente da necessidade de sua decisão permanecer cercada de motivos previstos na norma, como aqueles que o § 1º, do artigo 47, do Decreto 6.514, estipula. Da mesma forma, para ser utilizado pela Administração ou ser vendido, doado ou destruído, deverá a autoridade [administrativa] motivar sua decisão, como, no particular, o inciso V, do artigo 134, do mencionado decreto, ressalta.

Em suma, o destino do bem apreendido exige sempre decisão motivada da autoridade administrativa, de maneira que a liberação do bem, com a cautela de permanecer o impetrante, com seu depositário, como determinado na sentença desafiada, encontra-se amparado no próprio Decreto 6.514: (...).

[...]

Não se desconhece a responsabilidade do transportador sobre o material que carrega, entretanto, até prova em contrário, é de se presumir a boa-fé da ora impetrante, proprietária do veículo apreendido.

Não se mostra razoável concluir-se pela má-fé da impetrante sem oportunizar-lhe o direito de defesa, a ser exercido no processo administrativo decorrente do auto de infração.

Ademais, a apreensão do veículo impede que o impetrante exerça sua atividade profissional, da qual retira seu sustento e de sua família.

Por outro lado, até agora, a autoridade impetrada não conseguiu justificar, isto é, motivar o desejo de ver o bem apreendido, nem consegue explicar, de forma prática, o destino que, motivadamente, pretende lhe conferir.

Como se vê, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias no sentido do preenchimento dos requisitos para a liberação do veículo e a constituição de depositário fiel demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE VEÍCULO UTILIZADO EM TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE USO REITERADO NA PRÁTICA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

1. O presente recurso decorre de mandado de segurança objetivando a liberação de veículo utilizado em transporte de madeira realizado à margem das disposições legais. 2. O Tribunal de origem decidiu em favor do proprietário sob o entendimento de que não foi comprovada a utilização do veículo de forma reiterada e exclusiva na prática de infração ambiental. 3. Não há como acolher entendimento diverso defendido pelo IBAMA, pois seria necessária a revisão do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo teor da Súmula 7/STJ. 4. Na mesma linha de consideração, citam-se: AgInt no REsp 1688450/AC, Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 10/11/2017; REsp 1570346/PR, Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/04/2017. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.144.175/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 11/12/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. APREENSÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO, COM NOMEAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO FIEL DEPOSITÁRIO. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO RISCO DE COMETIMENTO DE NOVAS INFRAÇÕES. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte agravada contra ato do Gerente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA em Sobral/CE, objetivando a sua nomeação como fiel depositário de seu veículo, apreendido por suposta prática de infração ambiental. O Tribunal de origem manteve a sentença, que concedera a segurança.

II. Considerando a fundamentação adotada na origem - no sentido de que "a Administração não demonstrou, de maneira inequívoca, risco de cometimento de novas infrações caso determinada a liberação do bem" - o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido, em casos análogos: STJ, AgRg no AREsp 452. 815/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 1º/12/2014; STJ, AgInt no AREsp 1. 196. 084/RO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2018.

III. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.327.309/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO A LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, 25, § 4º. E 72, IV DA LEI 9.605/1998. PARA CONCEDER A LIBERAÇÃO, A CORTE REGIONAL ENTENDEU COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE O VEÍCULO APREENDIDO NÃO ERA UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ILÍCITOS. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES STJ. PRECEDENTES: AGRG NO ARES 455.159/RO, REL. MIN. DIVA MALERBI, DJE 12.2.2016 E RESP 1.436.070/RO, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 16.11.2015, DENTRE OUTROS. AGRAVO REGIMENTAL DO IBAMA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, decidindo-a forte nos elementos fático-probatórios dos autos, de modo que o acolhimento das alegações deduzidas pelo IBAMA demandaria a proscrição incursão neste acervo processual, através desta seara recursal.

2. No mérito, verifica-se que o acórdão regional está em harmonia para com a jurisprudência deste STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 455.159/RO, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 12.2.2016 e REsp. 1.436.070/RO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015, dentre outros.

3. Agravo Regimental do IBAMA a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 519.863/AP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

